Bebês e crianças pequenas nos museus: limites e possibilidades na cidade do Rio de Janeiro

Letícia Vitória Diniz Pereira da Conceição
Pedagoga pela PUC-RIO, Mestra em Educação pela UFRJ, doutoranda em Educação pela PUC-Rio. Email: dinizzleticiaa@gmail.com

Michelle Carreirão Gonçalves
Licenciada em Educação Física pela UFSC, mestre em Educação pela UFSC, doutora em Educação pela mesma UFSC. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFRJ.E-mail: michelle_carreirao@yahoo.com.br

Cristina Carvalho
Doutora e Mestre em Educação pela PUC-Rio. Especialista em Educação Infantil e licenciada em Pedagogia pela PUC-Rio. Professora e diretora do Departamento de Educação na PUC-Rio.E-mail: cristinacarvalho@puc-rio.br

Resumo:
O presente artigo tem como objetivo problematizar os limites e as possibilidades de atividades voltadas a bebês e crianças pequenas em museus da cidade do Rio de Janeiro, à luz da compreensão da arte e da cultura como direitos fundamentais na primeira infância. Adota-se uma abordagem qualitativa, com base em mapeamento on-line de instituições museais, análise de sites e redes sociais e realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais dos setores educativos de cinco museus. O referencial teórico fundamenta-se nos estudos da infância, dialogando com autores que concebem as crianças como sujeitos sociais, históricos e culturais, além de contribuições do campo da educação museal. Os resultados evidenciam uma distribuição territorial desigual dos museus, com maior concentração na região da Zona Sul e Central, o que impacta o acesso das crianças, especialmente aquelas residentes em territórios periféricos. Observa-se também que as práticas educativas são construídas entre demandas institucionais, presença do público e possibilidades concretas de atuação, sendo atravessadas por limitações estruturais e formativas. Destaca-se, ainda, o papel central das famílias no acesso do público espontâneo e na mediação das experiências museais. Embora os discursos dos profissionais apontem para o reconhecimento das crianças como sujeitos ativos e criativos, persistem desafios na efetivação dessas concepções, sobretudo no que se refere à inclusão de bebês. Conclui-se que, apesar dos avanços, a garantia do direito à cultura na primeira infância ainda demanda o fortalecimento de políticas e práticas mais inclusivas e equitativas.
Palavras-chave: Bebês. Crianças pequenas. Museus.

Abstract:
This article aims to analyze the limits and possibilities of educational practices directed at babies and young children in museums in the city of Rio de Janeiro, based on the understanding of art and culture as fundamental rights from early childhood. Adopting a qualitative approach, the study involved an online mapping of museums and semi-structured interviews with professionals from the educational sectors of five institutions. The theoretical framework is grounded in childhood studies and museum education, drawing on authors who understand children as active, cultural, and social subjects. The

results highlight significant territorial inequalities in the distribution of museums across the city, which directly affect access to cultural spaces. Additionally, the findings reveal that the development of educational practices is shaped by institutional demands, public policies, and the presence of spontaneous audiences, particularly families, who play a central role in mediating children's participation. The study also points to advances in conceptions of childhood, emphasizing children's protagonism, creativity, and capacity to produce meaning. However, it identifies persistent challenges, especially regarding the inclusion of babies, limited professional training, and structural constraints. Overall, the article argues for the need to strengthen policies and practices that effectively guarantee the cultural rights of babies and young children in museum contexts.
Keywords: Babies. Young children. Museums.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos passa, entre outras coisas, pela constituição de leis que asseguram tal prerrogativa. Um exemplo é o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) que, em seu artigo 5º, enfatiza a necessidade de políticas públicas voltadas à primeira infância (entendida como o período compreendido entre o nascimento e os seis anos de idade completos) que assegurem seu acesso a diferentes espaços sociais e culturais, tendo em conta as especificidades desse grupo etário na formulação de ações e políticas. Nesse sentido, discutir o acesso à arte e à cultura para este grupo etário implica reafirmar tais dimensões como direitos fundamentais, que devem ser garantidos desde os primeiros anos de vida.

Apesar dos avanços no campo normativo, pesquisas indicam que a produção acadêmica voltada aos bebês e crianças pequenas (entre zero e seis anos) no âmbito das Ciências Humanas esteve historicamente concentrada em contextos institucionais específicos, sobretudo nas creches. Levantamento realizado pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), em parceria com a PUC-Rio, evidencia que, entre os anos de 2004 e 2013, as investigações direcionadas a essa faixa etária privilegiaram majoritariamente discussões relacionadas à educação infantil institucionalizada (Rizzini; Porto, 2014). Nesse sentido, torna-se relevante ampliar o debate para além da escola, considerando outros espaços de formação e experiência cultural na vida das crianças, como os museus, que se configuram como ambientes potentes para a construção de experiências estéticas, sensíveis e educativas.

No contexto da cidade do Rio de Janeiro, a discussão sobre bebês e crianças pequenas acessando espaços museais ganha contornos específicos diante da expressiva concentração de instituições museais. De acordo com dados da plataforma MuseusBR, o

estado do Rio de Janeiro conta com 319 museus, sendo 129 localizados na capital. O panorama dos quantitativos de museus suscita questionamentos acerca do acesso e da participação das crianças nesses espaços, especialmente no que se refere às propostas destinadas aos bebês e às crianças pequenas e, ao mesmo tempo, coloca em evidência o papel dos museus na promoção de experiências formativas e na construção de práticas pedagógicas que dialoguem com diferentes concepções de infância e de cultura.

Diante disso, o presente artigo, oriundo de uma pesquisa de mestrado que investigou as programações dos museus da capital fluminense destinadas a bebês e crianças de até seis anos, tem como objetivo problematizar os limites e as possibilidades daquelas práticas educativas identificadas nos espaços museais. Entendemos que ao assumir a perspectiva de problematização, o estudo contribui para o debate sobre a efetivação do direito à cultura na primeira infância, bem como tensiona as práticas desenvolvidas nos museus, compreendidos como instâncias educativas que envolvem processos de mediação e formação.

A pesquisa voltou-se às ações destinadas à audiência espontânea, não vinculadas a visitas escolares programadas, com foco em bebês e crianças que frequentam os museus em contextos familiares e comunitários. Essa escolha busca ampliar o debate sobre a infância para além do contexto escolar, considerando os museus como espaços de experiências culturais e educativas e problematizando as formas de acesso, participação e mediação, de modo a evidenciar potencialidades e lacunas e afirmar as crianças, desde a primeira infância, como sujeitos de direitos culturais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando o objetivo de problematizar os limites e as possibilidades das práticas educativas voltadas a bebês e crianças pequenas em museus da cidade do Rio de Janeiro, adotou-se uma abordagem qualitativa, por possibilitar a compreensão dos fenômenos em seus contextos sociais e dos significados atribuídos pelos sujeitos (Lopes, 2019; Gruzman, 2012).

O percurso metodológico teve início, em 2022, com um mapeamento on-line das instituições museais da cidade que desenvolviam atividades destinadas à primeira infância. Inicialmente, foram identificadas 129 instituições na plataforma MuseusBR, vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Posteriormente, foram consultados

os sites institucionais e as redes sociais dos museus, considerando Facebook, Instagram e Twitter, com o objetivo de verificar a oferta de atividades para bebês e crianças pequenas. Desse levantamento, 18 instituições encontravam-se fechadas e, entre as 111 em funcionamento, 17 ofereciam atividades destinadas ao público investigado.

Para a definição do campo de pesquisa, foram considerados critérios relacionados à localização territorial, à tipologia do acervo e à esfera administrativa, buscando contemplar diferentes regiões e configurações institucionais. Inicialmente, nove museus foram selecionados; contudo, em razão da adesão institucional, participaram efetivamente cinco instituições, sendo duas localizadas na região central, duas na Zona Sul e uma na Zona Oeste da cidade.

A produção dos dados ocorreu em 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente com profissionais dos setores educativos dos cinco museus selecionados, com duração aproximada de 45 a 60 minutos, por meio da plataforma Google Meet. As entrevistas buscaram compreender as concepções de infância, os referenciais que orientam as práticas e os processos de planejamento e desenvolvimento das atividades destinadas à primeira infância.

Participaram da pesquisa cinco profissionais dos setores educativos, identificados pelos nomes fictícios Fernanda, Maria, Lucas, Roberta e Jéssica, assim como as instituições, denominadas Museus 1 a 5, a fim de preservar suas identidades. Os museus foram caracterizados segundo localização, tipologia e forma de administração. A escolha dos participantes considerou sua atuação direta na elaboração e execução das atividades voltadas a bebês e crianças pequenas, possibilitando acessar, a partir de suas perspectivas, as práticas desenvolvidas, as concepções de infância, os desafios e as intencionalidades presentes no trabalho educativo realizado nos museus.

SOBRE A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS MUSEUS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM MAPA DA DESIGUALDADE

À época da pesquisa, a cidade do Rio de Janeiro organizava-se territorialmente em quatro regiões: Centro, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Sul. A partir dessa divisão, esta seção analisa a distribuição dos museus no território, bem como a oferta de atividades destinadas ao público infantil, considerando tanto o público escolar quanto o espontâneo.

Bebês e crianças pequenas nos museus: limites e possibilidades na cidade do Rio de Janeiro

Os dados obtidos a partir do mapeamento dos museus cariocas evidenciam uma concentração significativa dessas instituições nas zonas Central e Sul da cidade, ao reunir, respectivamente, 52 (43,7%) e 32 (26,9%) instituições, enquanto que a Zona Norte contabiliza 23 (19,3%) e a então Zona Oeste, apenas 12 (10,1%). Tal configuração revela uma distribuição desigual dos equipamentos culturais na cidade, aspecto que impacta diretamente as possibilidades de acesso da população.

Conforme apontam Carvalho, Lopes e Resinentti (2017), essa concentração torna-se ainda mais problemática ao se considerar que grande parte da população da capital fluminense reside nas zonas Norte e Oeste, indicando uma assimetria entre a localização dos museus e os territórios de moradia. Nesse sentido, o acesso à cultura na cidade mostra-se atravessado por desigualdades territoriais, ainda que iniciativas como a oferta de transporte gratuito, conforme sugerem Carvalho et al. (2022), possam contribuir para minimizar tais barreiras. Nesse sentido, o acesso à cultura na cidade do Rio de Janeiro mostra-se atravessado não apenas por desigualdades territoriais, mas também por disparidades socioeconômicas entre as diferentes regiões urbanas. A distribuição desigual de equipamentos culturais acompanha a histórica concentração de renda e de investimentos públicos em áreas mais valorizadas da cidade, especialmente na região Central e na Zona Sul. Tal configuração reforça processos de segregação socioespacial que impactam diretamente as possibilidades de acesso de populações residentes em territórios periféricos e suburbanos. Ademais, a recente criação administrativa da denominada Zona Sudoeste pode ser compreendida, também, como expressão de disputas simbólicas e territoriais relacionadas à diferenciação socioeconômica interna da antiga Zona Oeste, evidenciando movimentos de distinção entre áreas de maior renda, como Barra da Tijuca e adjacências, e regiões historicamente associadas às classes trabalhadoras. Nesse contexto, observa-se que a localização dos museus permanece majoritariamente distante dos territórios suburbanos, tradicionalmente habitados por populações trabalhadoras, reiterando uma lógica histórica de concentração dos bens culturais em áreas social e economicamente privilegiadas da cidade.

No que se refere especificamente às atividades destinadas às infâncias, observou-se que todos os museus que atendem o público espontâneo também desenvolvem ações para o público escolar, embora existam instituições que atuem exclusivamente com este último. A distribuição das atividades escolares abrange 13 museus no Centro, seis na Zona Norte, dois na Zona Oeste e oito na Zona Sul. Já as atividades voltadas ao público espontâneo

apresentam números mais reduzidos: oito no Centro, um na Zona Norte, um na Zona Oeste e sete na Zona Sul.

Esses dados suscitam reflexões acerca da predominância das ações direcionadas ao público escolar em detrimento do público espontâneo. Como destaca Carvalho (2016), o público escolar constitui-se como um dos principais frequentadores dos museus, o que pode justificar, em parte, a centralidade dessas ações. No entanto, ao considerar o foco deste estudo, torna-se relevante problematizar essa lógica, sobretudo porque bebês e crianças pequenas de até 4 anos não estão, necessariamente, inseridos no contexto escolar, o que pode limitar as oportunidades de acesso às experiências museais nesta faixa etária.

Além disso, ao comparar o número total de museus por região com aqueles que oferecem atividades voltadas ao público infantil espontâneo, evidencia-se uma disparidade ainda mais acentuada. No Centro, apenas oito dos 52 museus oferecem esse tipo de atividade (15,4%); na Zona Norte, apenas um entre 23 (4,3%); na Zona Oeste, um entre 12 (8,3%); e na Zona Sul, sete entre 32 (21,9%). Tais dados indicam que a questão não se restringe à distribuição territorial das instituições, mas também às formas como cada museu se organiza para acolher e incluir as crianças em suas propostas.

Dessa forma, percebe-se que, apesar da existência de um número expressivo de museus na cidade, ainda há um caminho significativo a ser percorrido para que bebês e crianças pequenas sejam efetivamente contemplados nas práticas museais. A ampliação do acesso a esses espaços demanda não apenas a redistribuição territorial dos equipamentos culturais, mas também o fortalecimento de políticas e práticas institucionais que reconheçam as crianças como sujeitos de direitos culturais desde a primeira infância.

ENTRE DEMANDAS E POSSIBILIDADES: A CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS PARA BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS NOS MUSEUS

Historicamente, os museus constituíram-se como instituições voltadas prioritariamente ao público adulto, sendo organizados a partir de lógicas expositivas que pouco consideravam as especificidades das infâncias e, especialmente, das crianças bem pequenas. Durante longo período, bebês e crianças pequenas ocuparam um lugar periférico, quando não inexistente, nas práticas museais, uma vez que tais espaços eram concebidos sobretudo como ambientes de contemplação, preservação e transmissão de

conhecimentos legitimados para públicos considerados aptos à fruição disciplinada dos acervos. Apenas mais recentemente, em diálogo com estudos desenvolvidos nos campos da educação, da cultura e da museologia, as crianças passaram a ser progressivamente reconhecidas como público legítimo das instituições museais, demandando a formulação de práticas, mediações e propostas que considerem suas especificidades etárias, corporais e relacionais. Nesta seção, discute-se o processo de oferta de atividades destinadas a bebês e crianças pequenas nos museus investigados, considerando as especificidades de cada instituição. No Museu 1, mas assim, em termos práticos, surgiu da demanda desse público que estava comparecendo ao museu; então, eu posso dizer que, em 2015 e 2016, nós estávamos presenciando um aumento das crianças dessa faixa etária comparecendo ao museu. (Fernanda, Museu 1).

Conforme relato da entrevistada do Museu 1, a oferta de atividades emerge a partir da presença crescente desse público no espaço. Segundo Fernanda, desde 2015/2016 foi possível observar um aumento significativo de crianças frequentando o museu. Esse movimento evidencia que, mesmo na ausência inicial de propostas específicas, a presença do público infantil pode tensionar e provocar mudanças institucionais. Ainda que tais transformações não ocorram de forma imediata, a atenção ao perfil dos visitantes pode impulsionar a criação de novas ações. Nesse sentido, a demanda externa passa a influenciar a reorganização das práticas, levando o museu a considerar um público que anteriormente não estava no centro de suas propostas. Tal movimento dialoga com reflexões apresentadas por Milan (2023), ao destacar a necessidade de os museus desenvolverem estratégias que contemplem as infâncias, reconhecendo-as como parte legítima de seus públicos.

Nessa mesma direção, ao considerar as contribuições de Santos (2023), compreende-se que a presença de bebês e crianças pequenas nos museus introduz novas demandas institucionais, reconfigurando práticas e exigindo outras formas de organização dos tempos, espaços e processos de mediação. Tal presença mobiliza, por exemplo, a necessidade de adaptação dos ambientes expositivos para acolher interações corporais e exploratórias próprias da infância, a revisão de protocolos tradicionalmente orientados pela contenção do toque e do movimento, a reformulação das estratégias de mediação para contemplar experiências sensoriais e lúdicas, bem como a reorganização temporal das atividades em função das necessidades e dos ritmos específicos dessa faixa etária. Assim, mais do que um público a ser incluído, as crianças pequenas produzem

deslocamentos nas lógicas tradicionais dos museus, tensionando concepções historicamente sedimentadas acerca dos modos legítimos de ocupar, experienciar e aprender nesses espaços.

Já no Museu 3, o início dessas atividades esteve vinculado à criação de um Programa de Educação, em 2014, a partir do qual passaram a ser desenvolvidas diversas ações educativas. Esse aspecto reforça a relevância dos setores educativos como espaços fundamentais para a construção de práticas pedagógicas no contexto museal. Conforme aponta Henze (2021), a existência de equipes e estruturas dedicadas às ações educativas é condição central para o desenvolvimento de propostas consistentes e contínuas, especialmente quando se trata de públicos historicamente pouco contemplados, como os bebês e as crianças pequenas.

No Museu 4, a entrevistada destaca que, embora o atendimento a grupos escolares já fosse consolidado, o público das infâncias não era, inicialmente, contemplado de forma prevista e organizada na instituição. Ainda assim, havia iniciativas anteriores à pandemia. No contexto da COVID-19, no entanto, foram desenvolvidos projetos específicos, sobretudo no formato virtual, que contribuíram para ampliar esse olhar. Tal movimento encontra respaldo nas análises de Campolina et al. (2020), que indicam que o cenário pandêmico provocou reconfigurações nos museus, levando, inclusive, instituições que não priorizavam o público infantil a desenvolver ações voltadas para esse segmento. No caso investigado, observa-se que essas iniciativas não se restringiram ao período emergencial, permanecendo após a pandemia e indicando possíveis transformações mais duradouras nas práticas institucionais.

No Museu 5, destaca-se a relevância da existência histórica do setor educativo, criado em 1996, como elemento facilitador para a inclusão das crianças nas propostas do museu. A consolidação desse setor parece contribuir para a incorporação mais contínua desse público nas ações desenvolvidas, evidenciando que a institucionalização das práticas educativas favorece a ampliação e a qualificação das experiências oferecidas.

Diante desses dados, observa-se que a oferta de atividades para bebês e crianças pequenas se configura de maneiras distintas entre as instituições pesquisadas. Em alguns casos, está associada à criação ou fortalecimento de setores educativos; em outros, é impulsionada por fatores como a presença do público espontâneo, políticas públicas ou contextos específicos, como a pandemia. Essa diversidade de trajetórias evidencia que as

práticas voltadas aos bebês e crianças pequenas nos museus não seguem um modelo único, sendo atravessadas por condições institucionais, históricas e políticas.

Destaca-se um desafio central: o acesso das crianças às atividades propostas. Conforme aponta a entrevistada do Museu 4, embora haja interesse por parte das crianças, o alcance desse público não é simples, uma vez que elas não acessam diretamente os canais de comunicação institucional. Nesse sentido, a mediação com adultos, especialmente familiares, torna-se fundamental. Tal aspecto reforça a compreensão de que a participação das crianças nos museus está diretamente relacionada às formas de mediação construídas pelas instituições, não apenas no interior das atividades, mas também nos modos de comunicação e aproximação com seus públicos, o que tensiona as práticas e exige estratégias mais inclusivas e dialógicas.

Ao abordar o público espontâneo, parte-se da compreensão de que se trata de visitantes que possuem autonomia para decidir sobre sua participação nas atividades museais. No caso de bebês e crianças pequenas, no entanto, essa decisão é mediada pelos adultos responsáveis, o que coloca as famílias em posição central na experiência dessas crianças nos museus. Os dados evidenciam que a presença familiar é um elemento marcante nesse contexto.

Por ser final de semana, você vê que a família está junta; geralmente vêm duas pessoas com as crianças. Vêm amigos e fazem piquenique no jardim; eu vejo muito isso no final de semana aqui. Não vejo só mães trazendo filhos, não. Eu vejo famílias. Pai, mãe, homem, mulher, todo mundo junto, gêneros diferentes, todos os tipos, é bem eclético. O que mais tem é família mesmo, pai e mãe com criança (Jéssica, Museu 5).

A fala evidencia não apenas a presença de diferentes configurações familiares, mas também o uso ampliado do espaço museal, especialmente em áreas externas, como jardins. Nesses casos, o museu ultrapassa sua função expositiva e se configura como espaço público de convivência, apropriado de múltiplas formas pelos visitantes. No Museu 4, também foi possível observar a presença recorrente de famílias, embora com dinâmicas distintas de frequência e vínculo com o espaço, conforme relatado:

> (...) acontece de ter umas crianças que estão vindo pela primeira vez e não vão voltar mais, normalmente é pai, mãe, avô, avó. Mas tem algumas crianças que estão sempre pelo jardim, porque ou frequentam outras aulas que tem por ali, tem o pessoal do patins, às vezes os pais participam de alguma outra coisa, de circo, dança. A gente tem as crianças que são as crianças frequentes, que são os filhos desse pessoal; a gente tem, por exemplo, um menino que está toda semana. A mãe dele faz patins e, enquanto ela faz patins, o avô dele traz ele para as oficinas. Tem outro

> menino que é filho de alguém da perna de pau, e aí normalmente o outro responsável fica junto enquanto a mãe está lá na oficina dela, isso acontece bastante. (Roberta, Museu 4).

Nesse contexto, identifica-se a coexistência de diferentes perfis de público: aqueles que frequentam o museu de forma ocasional e aqueles que estabelecem uma relação mais contínua com o espaço, muitas vezes vinculada ao território e às atividades que ocorrem em seu entorno. Outro aspecto relevante refere-se à dimensão logística da participação infantil, diretamente relacionada à presença dos adultos. No Museu 1, por exemplo, a necessidade de inscrição prévia e a limitação de vagas nas atividades ofertadas evidenciam o impacto dessa relação:

> Temos sempre utilizado o formulário de inscrição, justamente por não comportar tantas crianças em geral e até pelo espaço físico. Então a gente tem colocado de 15 a 20 crianças participantes nos formulários, e é muito porque essas crianças não andam sozinhas; elas andam com os adultos responsáveis que, no fim das contas, não estamos falando de 20 crianças, estamos falando de 60 pessoas, se essas crianças vieram acompanhadas de pai e mãe ou outra configuração de adultos (Fernanda, Museu 1).

De modo semelhante, a participação dos responsáveis é compreendida como parte constitutiva das atividades, conforme destaca o entrevistado do Museu 3:

> Claro que a participação dos responsáveis é fundamental, por isso, a gente diz que a atividade não é só para o público infantil. É para o público infantil e seus familiares, exatamente no sentido de fazer com que esse responsável auxilie essa criança ao longo de todo o processo de trabalho na oficina, né, da atividade que está sendo proposta. (Jéssica, Museu 3)

No entanto, a participação das famílias não se dá de maneira uniforme. As distintas formas de apropriação do espaço museal, assim como as expectativas dos adultos, que podem perceber o museu como espaço educativo, de lazer ou até como suporte para outras atividades, configuram desafios para os profissionais que precisam construir estratégias de mediação capazes de envolver, de forma articulada, crianças e seus responsáveis.

Nesse sentido, evidencia-se que o público espontâneo infantil nos museus se constitui em estreita articulação com os adultos, sendo atravessado por dinâmicas familiares, territoriais e institucionais. Assim, a presença de bebês e crianças pequenas nesses espaços não depende apenas da oferta de atividades específicas, mas também das estratégias de aproximação e engajamento das famílias, o que reforça a complexidade das práticas educativas voltadas à primeira infância no contexto museal.

Bebês e crianças pequenas nos museus: limites e possibilidades na cidade do Rio de Janeiro

CONCEPÇÕES DE INFÂNCIAS E AS IMPLICAÇÕES NAS PRÁTICAS MUSEAIS

A análise das entrevistas evidencia que as práticas educativas voltadas a bebês e crianças pequenas estão relacionadas às concepções de infância que orientam o trabalho dos profissionais. De modo geral, observa-se o reconhecimento das crianças como sujeitos ativos, capazes de participar, interagir e produzir sentidos nas experiências propostas. Como afirmou uma das entrevistadas: "A gente pensa nas diferentes infâncias, isso é importante para a gente." (Roberta, Museu 4).A fala evidencia uma compreensão da infância em sua pluralidade, considerando diferentes contextos sociais, culturais e familiares. Entretanto, embora esse reconhecimento esteja presente nos discursos, sua materialização nas práticas encontra limites relacionados à ausência de formação específica para o trabalho com bebês, à redução das equipes e às condições estruturais das instituições.

A despeito do reconhecimento da pluralidade das infâncias, os dados indicam limites concretos no alcance dessa diversidade no público atendido. Conforme destaca a entrevistada do Museu 1: "infelizmente não temos isso privilegiado nas audiências que atendem às nossas atividades, mas, na questão das diferentes infâncias, ela também é bastante importante na área da construção de pensar essas atividades" (Fernanda, Museu 1).

A entrevistada Fernanda evidencia uma tensão entre a concepção assumida e a realidade institucional, na medida em que o público que frequenta os museus tende a apresentar certa homogeneidade, não refletindo a diversidade das infâncias em sua pluralidade. Assim, ainda que a ideia de diferentes infâncias esteja presente no planejamento, sua efetivação encontra obstáculos, sobretudo no que se refere ao acesso e à ampliação do perfil dos participantes. No que diz respeito às concepções de criança que orientam as práticas, observa-se a valorização da participação ativa e do protagonismo infantil. Nesse sentido, a profissional afirma: "A gente tinha muito o intuito de colocar a criança como protagonista das próprias atividades, quebrar um pouco essa ordem de que o museu exibe e as crianças observam e contemplam, colocando elas como protagonistas" (Fernanda, Museu 1).

De modo semelhante, no Museu 2, Maria destaca a compreensão da criança como sujeito capaz de aprender e também de compartilhar conhecimentos: "A criança, ela tem um

poder de influência muito forte com os pais. Então assim, ela acaba levando esse conhecimento e compartilha com a família, o que é um trabalho educativo." (Maria, Museu 2).

As falas indicam uma concepção de infância que reconhece as crianças como sujeitos ativos, capazes de produzir sentidos, influenciar seus contextos e participar dos processos educativos. Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Kramer (2000), ao defender uma concepção de criança que valoriza sua capacidade de imaginação, criação e produção cultural, afastando-se de visões que a colocam em posição de passividade ou incompletude. Essa compreensão também aparece na fala do entrevistado no Museu 3: "As crianças acabam sendo muito mais ativas e participativas, pois elas não têm amarras, cheias de regras, medos; elas se jogam. Para mim, sempre converso com a equipe; é fundamental dar atenção ao que a criança está falando e fazendo." (Lucas, Museu 3).

A fala reforça a compreensão de que as crianças são entendidas como sujeitos participativos, cuja atuação demanda escuta e atenção por parte dos adultos. Nesse contexto, o papel do profissional não se configura como o de um condutor central do processo, mas como alguém que acompanha, faz a mediação e dialoga com as experiências infantis. Tal perspectiva aproxima-se das contribuições de Cohn (2005), ao defender que a relação entre adultos e crianças não deve ser compreendida a partir de uma hierarquia entre quem sabe mais ou menos, mas como um encontro entre sujeitos portadores de saberes distintos. No contexto museal, essa compreensão implica reconhecer que a interação entre profissionais do museu e público infantil deve se pautar na valorização das interpretações, percepções e formas próprias de participação das crianças na experiência educativa.

No Museu 4, essa perspectiva também se faz presente, ao compreender as crianças como sujeitos criadores e críticos, como aponta a profissional do museu Roberta.

Acho que uma coisa importante para a gente aqui é pensar nas crianças como pessoas que também estão criando. Pessoas que também estão criando, que também criticam e formam sua própria opinião. Então isso é uma questão para a gente, tanto nas oficinas que a gente está trazendo às crianças, para criar objetivamente, quanto nas visitas que não são tão informativas; elas são mais conversas e umas trocas para a gente pensar como essas crianças estão entendendo esse espaço. (Roberta, Museu 4).

No entanto, mesmo reconhecendo as crianças como sujeitos ativos, emergem limites concretos no atendimento aos bebês. A entrevistada do Museu 4 afirma: “o objetivo de atender até seis anos, só que ao mesmo tempo, a gente não tem uma equipe que é tão especializada em bebês, então a gente já estava pensando em crianças um pouquinho maiores” (Roberta, Museu 4). A fala evidencia que, embora haja intenção de contemplar a primeira infância, as ações acabam priorizando crianças maiores, sobretudo pela ausência de formação específica da equipe. Assim, os bebês permanecem parcialmente à margem das propostas, revelando a persistência de sua invisibilização nos espaços museais e a necessidade de investimentos em formação, estrutura e intencionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a inserção de bebês e crianças pequenas nos museus da cidade do Rio de Janeiro constitui um campo marcado por avanços, tensões e desafios. Embora existam iniciativas de aproximação e experiências educativas potentes, persistem barreiras relacionadas à desigual distribuição territorial dos equipamentos culturais, à predominância de ações direcionadas ao público escolar, às limitações estruturais e à formação insuficiente das equipes. Nesse contexto, o acesso à arte e à cultura, reconhecido como direito fundamental desde a primeira infância, ainda não se efetiva de maneira equitativa.

Os resultados também revelam avanços nas concepções dos profissionais, especialmente no reconhecimento das crianças como sujeitos ativos, produtores de cultura e participantes legítimos dos espaços museais. A presença de bebês e crianças pequenas pode tensionar práticas tradicionais centradas na contemplação e favorecer outras formas de mediação, pautadas na experimentação, na sensibilidade, na escuta e na construção de vínculos. Entretanto, permanece uma distância entre o reconhecimento discursivo do protagonismo infantil e sua efetiva incorporação às práticas, evidenciada pela ausência de formação específica, pelas limitações dos espaços e pelas dificuldades de acesso, sobretudo para crianças de territórios periféricos.

Outro aspecto identificado refere-se à centralidade das famílias na mediação do acesso das crianças aos museus, indicando que a participação infantil nesses espaços é relacional e atravessada por condições sociais, territoriais e institucionais. Assim, ampliar a presença desse público requer estratégias que contemplem não apenas as crianças, mas

também os adultos que as acompanham, bem como ações voltadas à acessibilidade, à formação profissional e à qualificação das práticas educativas.

Conclui-se que os museus possuem significativo potencial como espaços de educação não formal e experiências culturais para bebês e crianças pequenas, mas sua efetivação depende de escolhas institucionais e políticas comprometidas com a garantia do direito à cultura. Nesse sentido, é necessário avançar na formação das equipes, na adequação dos espaços, na ampliação das estratégias de mediação e na construção de políticas públicas que promovam o acesso de forma mais equitativa. Ao tensionar a distância entre o reconhecimento formal dos direitos e sua efetivação nos espaços culturais, o estudo contribui para ampliar o debate sobre as infâncias para além do contexto escolar e reafirma a necessidade de consolidar uma agenda comprometida com equidade, diversidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 4 jul. 2023.

CAMPOLINA, G. et al. O museu como possibilidade de espaço para férias escolares. In: **SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA PUC-RIO**, 27., 2019, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019. p. 1-2. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2019/download/resumos/CTCH/EDU/EDU-4830_Gabriela%20Campolina,%20Leticia%20Diniz,%20Marcella%20Schmidt,%20Maria%20Vitoria%20Mariz.pdf. Acesso em: 7 dez. 2023.

CAMPOLINA, G.; MARTINS, V.; CARVALHO, C. O público infantil espontâneo nos museus da cidade do Rio de Janeiro. In: **SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA PUC-RIO**, 26., 2018, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018. p. 1-10. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2018/relatorios_pdf/ctch/EDU/EDU-Gabriela%20Campolina%20e%20Valeria%20Martins.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

CARVALHO, C. A cidade e os museus: cognição e tecnologias em questão. **Comunicações (UNIMEP)**, Piracicaba, v. 24, n. 3, p. 85-103, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/comunic/v24n3/0104-8481-comunic-24-3-0085.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

Bebês e crianças pequenas nos museus: limites e possibilidades na cidade do Rio de Janeiro

CARVALHO, C. Criança menorzinha... ninguém merece! – políticas de infância em espaços culturais. In: KRAMER, S.; ROCHA, E. (org.). **Educação infantil: enfoques em diálogo**. São Paulo: Papirus, 2013. p. 295-312.

CARVALHO, C. **Quando a escola vai ao museu.** Campinas: Papirus, 2016.

CARVALHO, C. et al. Panorama dos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 18., 2022, Salvador. Anais [...]. Brasília, DF: CAPES, 2022. v. 2. p. 1-15.

CARVALHO, C.; LOPES, T.; RESINENTTI, P. Educação Infantil e Espaços Culturais: possibilidades de apropriação na cidade do Rio de Janeiro. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 300-322, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n1p300. Acesso em: 18 mar. 2024.

GRUZMAN, C. ***Educação, ciência e saúde no museu: uma análise enunciativo-discursiva da exposição do Museu de Microbiologia do Instituto Butantan*.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14022013-154528/publico/CARLA_GRUZMAN_rev.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

HISSA, C. V. Pesquisa: fazer o que não se sabe; aprender fazendo. In: HISSA, C. V. **Entrenotas: compreensões de pesquisa.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 29-46.

LOPES, T. B. ***Outras formas de conhecer o mundo: Educação Infantil em museus de arte, ciência e história.*** 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, I. A. de; FONSECA, M. de J. da C. F.; SANTOS, T. R. L. dos. A entrevista na pesquisa educacional. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. de. (org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 37-54.

PACETE, L. G. Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais em todo o mundo. **Forbes**, São Paulo, 2023. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-eo-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/. Acesso em: 24 mar. 2024.

RIZZINI, I.; PORTO, C. L. **Pesquisa com crianças de 0 a 6 anos no Brasil: tendências e desafios.** Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2014.